

18º Congresso Brasileiro de Sociologia
26 a 29 de Julho de 2017, Brasília (DF)

GT 22 – Movimentos Sociais Contemporâneos

Luta política, mobilização social e cidadania em três tempos na periferia de São Paulo

Leonardo de Oliveira Fontes – Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP/UERJ)
(bolsista do CNPq)

Em seu clássico trabalho sobre ação coletiva “*From Mobilization to Revolution*”, Charles Tilly (1978, p.5) define esse campo de estudo como focado nas “formas como as pessoas agem conjuntamente em busca de interesses compartilhados”. Com isso, ele defende a existência de cinco componentes da análise da ação coletiva e que, portanto, deveriam ser objeto de pesquisas sobre o tema: interesse, organização, mobilização, oportunidade e a ação coletiva propriamente dita.

Tilly estava ciente das consequências de suas escolhas metodológicas. Ao priorizar movimentos sociais relativamente bem definidos e suas relações com a esfera institucional de poder, ele sabia que estava negligenciando duas ordens de questões definidas por ele mesmo como “fascinantes”: como se formam novos grupos orientados por novas visões de mundo e sob que condições grupos mal definidos de pessoas, como um grupo de amigos, se tornam atores da ação coletiva relevantes.

O que este trabalho se propõe a fazer é justamente inverter o foco nas prioridades e colocar luz sobre as questões que Tilly, e toda uma linhagem de autores posteriores, acabou por deixar de lado ao analisar as ações coletivas em diferentes contextos sociais. Assim, o que se pretende aqui é dar um passo atrás em relação ao que tradicionalmente se entende como *análise dos movimentos sociais e da ação coletiva* a fim de compreender como, a partir das *experiências* e das *perspectivas dos atores*, se forma uma “cultura pública” (Cefai, 2009, p. 27), isto é, “o fundo comum que dá forma e material às mobilizações coletivas”. Dessa forma, o desafio que se propõe aqui será o de “descrever a mutação das experiências coletivas e dos meios institucionais, fazendo-os emergir das atividades enquanto estas se realizam.” (Idem, p. 16)

Dessa forma, o objetivo deste texto é analisar concretamente as dinâmicas e processos econômicos, políticos e sociais que deram origem a diferentes sujeitos políticos¹ nas periferias de São Paulo, em três contextos históricos que se sucederam.

O local onde se desenvolve esta pesquisa é a periferia de São Paulo, mais especificamente nos distritos de Jardim Ângela, na zona sul, e Brasilândia, na zona norte. Nessas regiões realizo desde 2015 uma pesquisa que combina métodos etnográficos – observação participante, conversas informais e entrevistas em profundidade – com dados quantitativos, além da consulta a documentos e textos que já se debruçaram sobre as periferias paulistanas em outros momentos.

Este texto está dividido em três partes, além desta introdução. Na seção seguinte, explorarei a experiência daqueles que migraram para São Paulo em busca de melhores condições de inserção econômica e constituíram, a partir da experiência nos bairros e nas Comunidades Eclesiais de Base, os novos movimentos sociais que entraram em cena nas décadas de 1970 e 1980. Em

¹ Usarei o termo “sujeitos” neste texto com o intuito de destacar certo grau de autonomia e de capacidade de formulação de projetos dos atores em questão, mesmo que em posições subalternas na estrutura social. Além disso, a ideia de “sujeitos políticos”, tal como definido por Sader (1988, p.60), busca reforçar capacidade desses atores em produzir formulações discursivas e “nomear aspirações difusas ou articulá-las de outro modo, logrando que indivíduos se reconheçam nesses novos significados.”

seguida, analisarei o impacto das mudanças ocorridas na década de 1990 e 2000 em termos de reestruturação do mundo do trabalho, no plano econômico, de ampliação da criminalidade, no plano social e de institucionalização dos movimentos sociais, na esfera política. Finalmente, na última parte, buscarei compreender as mudanças trazidas com as possibilidades de ganhos educacionais e salariais na última década e como as novas formas de expressão cultural desenvolvidas ao longo dos anos 2000 contribuíram para a emergência de novas mobilizações coletivas sobretudo após junho de 2013.

Das CEBs à luta por direitos: a entra em cena de novos sujeitos políticos

Os primeiros movimentos sociais advindos das periferias de São Paulo e que emergiram na cena pública datam das décadas de 1970 e 1980. Nesses anos, as periferias de São Paulo já eram habitadas por muitos imigrantes, mas seguia recebendo um grande contingente de pessoas vindas principalmente do nordeste do país e de regiões mais pobres de Minas Gerais, mas também de outros estados, em busca de trabalho na capital paulista².

Em linhas gerais, entre os elementos que compunham o modo de vida daqueles sujeitos naquele período e que são relevantes para o argumento aqui desenvolvido estão: 1) a busca pelo trabalho industrial como referência central de inserção produtiva (Durham, 1988) – mas que não sendo acessível à maioria das pessoas, produziu uma grande heterogeneidade de possibilidades de ocupações e níveis de renda; 2) o estabelecimento da família como espaço de formação ética e de construção de um projeto coletivo de mobilidade social, no qual a “ética do provedor”³ (Zaluar, 2000) se combinava com uma “ética da honestidade” (cf. Sader, 1988) a partir da qual os filhos deveriam ser preparados para a vida adulta, com o intuito que estudassem, trabalhassem duro e não caíssem na “vida fácil” de roubos, furtos e tráfico de drogas – assim, “trabalhadores” constituíam-se social e identitariamente em oposição aos “bandidos” (Cf. Zaluar, 2000); 3) a constituição da casa própria, em geral autoconstruída, como o grande símbolo desse projeto familiar de ascensão social, cuja contrapartida pública eram os serviços públicos urbanos (Durham, 1988); 4) o estabelecimento de uma dinâmica de vida “comunitária”, na qual se ouvia muito mais o “barulho de gente” do que o “barulho da cidade”, particularmente favorecido pelas “cercas precárias e ruas estreitas” que geravam proximidade entre os moradores. (Caldeira, 1984, pp. 119-120).

Dessa forma, construía-se um projeto familiar de mobilidade social e um modo de vida mais “comunitário”, ao qual somavam-se as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). As CEBs desempenharam um papel fundamental na articulação e mediação entre a vivência que se tinha nas periferias e os movimentos sociais e políticos que emergiram nesse período. Entre o cotidiano

² Apesar de uma considerável redução no fluxo de imigrantes para essas regiões nas últimas décadas, nas duas regiões onde se desenvolve esta pesquisa, o percentual de pessoas nascidas em outro estado permanece alto: 43,6% no do Jardim Ângela e 34,1% na Brasilândia, de acordo com o Censo 2010.

³ Conforme aponta Zaluar (2000), a “ética do provedor”, formulada a partir da necessidade de prover o sustento de suas famílias, era o que justificava a dedicação ao trabalho entre as classes populares não havendo, portanto, uma valorização do trabalho como um fim em si mesmo.

nos bairros periféricos, o passado rural comunitário tratado de forma nostálgica e muitas vezes idealizado e os ideais pregados pelas CEBs haviam diversas afinidades.

Em ambas as regiões onde desenvolvo essa pesquisa ouvi relatos a respeito da centralidade da Igreja Católica e principalmente das CEBs para o surgimento dos primeiros movimentos de reivindicação política. A organização das Comunidades de forma horizontal fazia com que elas funcionassem como “espaço de reconhecimento” e confiança entre seus membros, a partir do qual se efetuava “uma reelaboração das experiências cotidianas de existência, com categorias para criticá-las e referências para ações coletivas visando transformá-las.” (Sader, 1988, p. 162).

Na região da Brasilândia, o relato mais significativo que escutei a respeito da história das CEBs foi de Dona Nair⁴ de 81 anos. A solidariedade entre os membros e destes para com a vizinhança era marca constante das Comunidades de Base, assim, uma série de atividades que visavam atender de forma emergencial as necessidades da população eram desenvolvidas por Dona Nair e sua companheiras: a distribuição de cestas básicas, a preparação da chamada “multimistura” – uma farinha desenvolvida pela Pastoral da Criança e oferecida como complemento alimentar para crianças em condição de subnutrição – a doação de roupas e aquela que era uma das principais marcas das CEB naquele período: as creches comunitárias.

O relato de Nair e de várias outras mulheres⁵ com quem conversei aponta para a ação coletiva como decorrência da identificação de uma necessidade concreta. Foi assim que da carência material e da necessidade das mães que precisavam trabalhar e não tinha onde deixar seus filhos, surgiu, em um primeiro momento, uma solidariedade interna. O apoio mútuo entre as mães e o auxílio material da igreja, que muitas vezes, como no caso da creche em que Dona Nair trabalhou, cedia o espaço e alguma outra estrutura básica como o alimento para as crianças, ampliava os laços entre os que atuavam na comunidade e o restante da vizinhança.

Contudo, as atividades das CEBs iam muito além do assistencialismo ou da mera discussão de um texto bíblico ou da escuta passiva do evangelho por um padre ou estudioso. Haviam atividades de reflexão coletiva a partir das leituras religiosas que realizavam. Assim, os presentes faziam uma “releitura das próprias condições de vida à luz de um texto bíblico, onde viam a referência à justiça e aos valores mais profundos da existência” e isso “produzia uma atitude crítica de dimensões insuspeitadas” (Sader, 1988, p.207). Até hoje Dona Nair guarda lembranças dos aprendizados desse período quando faz referência à luta dos hebreus contra a escravidão no Egito para afirmar que o povo precisa “erguer a cabeça e reagir”. Desenvolveu-se, assim, um discurso de acordo com o qual o paraíso não era um prêmio, mas sim “algo que se conquista com Deus no

⁴ Com exceção de lideranças publicamente conhecidas, os nomes dos personagens foram trocados com o objetivo de proteger o sigilo e a privacidade dos informantes.

⁵ Diversos homens também participavam de Comunidades de Base, mas a maioria dos participantes e, principalmente das lideranças, era formada por mulheres, o que trazia uma importante tensão uma vez que “o papel tradicionalmente reservado à mulher na família propiciava seu interesse pela religião, mas não estimulava sua participação política” (Cardoso, 1982, p. 57), assim, questionamentos a respeito da igualdade de gênero também eram comuns nas CEBs.

coração.” (Cardoso, 1982, p. 55). Nesse mesmo sentido, ouvi mais de uma vez entre as militantes que participavam de Comunidades de Base que “fé sem política não funciona”.

Assim, problemas que eram tidos como privados e naturais passaram a ser vistos como “problemas sociais que são compartilhados por tantas outras e que podem ser alterados por novas práticas sociais.” A partir dessas discussões, além das atividades coletivas que buscavam resolver os problemas da própria comunidade, como as já citadas creches, doações e mutirões para limpeza ou construção de centros comunitários, começaram a surgir ações “para fora”, de reivindicação junto aos poderes públicos (Sader, 1988, p. 207). Todas as mulheres com quem conversei nesse período lembram com orgulho de suas lutas e conquistas mais diversas, tais como escolas, creches, pontos ou linhas de ônibus, asfaltamento de ruas, postos de saúde e até hospitais.

No Jardim Ângela, as marcas da militância nas comunidades católicas são ainda mais fortes, tanto pela pujança que essas comunidades tiveram no passado – é na região que fica a famosa Paróquia de Vila Remo, onde surgiram os Clubes de Mãe da Zona Sul de São Paulo (ver Sader, 1988, pp. 199-212) – quanto pela continuidade do trabalho iniciado pela Igreja graças a atuação do Padre Jaime, um padre irlandês que chegou no Brasil em 1969 e no Jardim Ângela em 1987⁶.

Maria de Felipe era uma das mulheres que participava das CEBs do Jardim Ângela desde os anos 1970 e ressalta a importância da Igreja para aqueles movimentos, inclusive como forma de fugir da repressão da ditadura, pois na época “reuniu 5 pessoas na rua já era subversivo”. Dessa forma, ela relata como a partir dos clubes de mães surgidos nas CEBs foram sendo criados diversas iniciativas que buscavam melhorias para as condições de vida na região:

Na verdade, assim, a gente vem de movimentos populares e sociais desde a década de 70. Então nós criamos vários movimentos, um dos primeiros foi os grupos de mulheres que eram clube de mães na época, né? E a partir dos clubes de mães, nós fomos criando diversos movimentos sociais de luta por água, esgoto, asfalto, creche, escola, tudo o que a gente não tinha no bairro, nós começamos a lutar. Essa luta nós começamos lá na Vila Remo. Depois de 1973 eu me casei, mudei pra cá [Jardim Copacabana] e aí nós demos continuidade na nossa luta, né? Participava das comunidades eclesiais de base. Aí nos fundamos também um atendimento pra crianças e adolescentes que era voluntário, na verdade a gente nem sabia que havia possibilidade de convênios nem nada. Como muitas mães queriam participar e não tinha como participar, queriam trabalhar e não tinham como trabalhar por conta das crianças, aí nós nos reunimos e uma parte dessas mães começaram a cuidar voluntariamente das crianças e outras foram trabalhar e participar dos movimentos. Então foi assim que surgiram os grupos de mulheres, de onde surgiram as lutas, de onde surgiram todos os movimentos. Um dos principais movimentos que nós criamos foi o movimento contra a carestia⁷, que teve assim uma repercussão nacional, internacional, teve muita força na época. (Maria de Felipe, Jardim Ângela)

A narrativa de Maria de Felipe é comum entre várias pessoas com quem falei a respeito de suas experiências nas CEBs e nos movimentos sociais desse período. Uma ação ia quase que naturalmente se desdobrando em outra. A identificação de uma necessidade coletiva, como as

⁶ A importância do Padre Jaime para os movimentos sociais da região do Jardim Ângela será melhor explorada na seção seguinte.

⁷ Sobre a história do movimento contra a carestia, também conhecido como Movimento do Custo de Vida e sua relação com os clubes de mães, ver Sader (1988, pp. 211-221).

creches, levava a ajuda mútua e, em seguida, a reivindicação e *luta* para que o Estado garantisse aquele direito.

Essas falas explicitam o papel desempenhado pelas CEBs nesse período na construção de laços entre aqueles sujeitos e deles com seu bairro. Ao valorizar o modo de vida local e colaborar para a interpretação das condições em que viviam os trabalhadores pobres das periferias, as CEBs desempenharam papel fundamental para a passagem da esfera doméstica para uma esfera pública ampliada.

No entanto, a influência de uma Comunidade de Base ia muito além dos que a integravam, uma vez que, além dos demais católicos que entravam em contato com as questões por elas tratadas por meio das missas ou de outras atividades da igreja, a própria mobilização local acabava por tocar direta e indiretamente a vida de boa parte da comunidade (Pierucci, 1982). Assim, por meio de mobilizações coletivas, como passeatas, greves, e atividades de conscientização e demonstração de apoio público as suas causas como os abaixo-assinados, os moradores das periferias de São Paulo conseguiram alargar a noção de política e politizar várias esferas do seu cotidiano. As formas e luta que desenvolveram no período reforçavam seus laços internos ao mesmo tempo em que levavam suas reivindicações a um grupo cada vez maior de pessoas em suas próprias regiões.

Surgia, a partir de então, um novo sujeito histórico o “migrante-morador-cidadão” (Arantes, 2009), ao qual acrescentaria a identidade de “trabalhadores”. Esses sujeitos formulavam um projeto de vida individual e coletivo que consistia num ideal de ascensão social baseado no tripé: trabalho duro, oposto à “vagabundagem” e ao crime, autoconstrução da moradia e a luta coletiva pela melhoria urbana de suas regiões. Subjacente a este projeto estava a aspiração à universalização da “utopia da sociedade salarial” (Cardoso, 2010) e uma noção de cidadania que reivindicava o direito de participar politicamente e clamava pela universalização de direitos sociais. Trabalho, política e cidade se conectavam intensamente nesse projeto e, assim, *ter direito à cidade* aparecia como uma demanda por serviços públicos urbanos e a garantia de canais de participação política.

Da confrontação à negociação: individualismo e institucionalização dos movimentos sociais

As décadas seguintes, contudo, trariam importantes alterações naquele modo de vida periférico. A primeira mudança relevante encontra-se no mundo do trabalho. A prolongada crise econômica, a flexibilização do trabalho e a derrocada do trabalho industrial na cidade de São Paulo desestruturaram “todo o esquema em função do qual as classes populares organizam sua prática social” nos anos anteriores (Durham, 1988, p. 197).

A consequência mais imediata foi a ampliação da busca por soluções individuais para os problemas. “Os anos 1980 e início dos anos 1990, foram anos de interesse comunitário, depois de 1995, 2000, eu costumo dizer que chegamos aos anos do individualismo”, me disse Padre Jaime.

Contudo, não foi apenas no plano econômico que é possível observar esse aumento do individualismo. No âmbito familiar, a família foi aos poucos deixando de funcionar como “unidade de rendimentos” (Cf. Durham, 1980 *apud* Caldeira, 1984), reduzindo a possibilidade de receber “agregados” e dando mais espaço para que cada membro utilize seus rendimentos de acordo com seus desejos pessoais.

No nível dos bairros, dois elementos merecem destaque devido às alterações que fizeram com que o contato social nas ruas das periferias fosse bastante reduzido. De um lado, o próprio desenvolvimento dessas regiões, com o asfaltamento e ampliação de ruas e o aumento da circulação de carros. De outro, o expressivo aumento da criminalidade violenta que ampliou o medo de roubos, furtos e assaltos. Assim, as residências autoconstruídas, que antes já funcionavam como consolidação do projeto familiar de ascensão social passam por um processo de “fortificação” (Cf. Cavalcanti, 2009) por meio da adoção do que Caldeira (2000) denominou de “estética da segurança”, isto é, modernos aparatos de vigilância e controle desenvolvidos para garantir segurança e status social para famílias classes alta e média alta de São Paulo. Assim, essa *estética da segurança* tornou-se também signo de *distinção* nas periferias da cidade (Cf. Bourdieu, 2007).

Diante dessas mudanças no modo de vida nas periferias, alterações significativas também ocorreram no ativismo político e social desses sujeitos. O tipo de vida comunitário pregado pelas Comunidade Eclesiais de Base não encontrava mais a mesma reverberação e a mesma afinidade com o modo de vida da população periférica de São Paulo. Além disso, não só o catolicismo perdeu parte de seus fiéis para igrejas neopentecostais como a própria Igreja Católica promoveu o enfraquecimento das CEBs e reduziu a influência da teologia da libertação e de padres progressistas, a partir da divisão da arquidiocese de São Paulo e da nomeação de bispos conservadores para as novas regiões. Assim, as Comunidades de Base, centro de irradiação e formação dos movimentos sociais de décadas passadas foram progressivamente perdendo sua força e importância política e social.

Praticamente não encontrei continuidade institucional de maior fôlego das iniciativas que Dona Nair descrevera como constantes nos anos 1980. A CEB que ela frequentava fechou por um período, pois a casa onde ela funcionava foi ocupada por moradores sem teto. Mesmo reaberta depois de um tempo e ainda funcionando atualmente com missas aos domingos, a assiduidade dos participantes e seu poder de influência política é infinitamente menor do que no auge de seu funcionamento há 30 ou 40 anos.

Assim, aqueles que quiseram seguir na militância e no ativismo social procuraram outros caminhos, nem sempre bem-sucedidos. Para não me alongar em demasia, restrinjo-me à trajetória de dois filhos de Dona Nair. Uma de suas filhas, Sandra, 49 anos, trabalhou durante muitos anos no setor químico e militou no sindicato dos Químicos de São Paulo. A partir dessa militância seguiu os caminhos da mãe e se filiou ao Partido dos Trabalhadores (PT) e, mais recentemente, exerceu um cargo comissionado na prefeitura, indicada por um vereador com quem mantinha relações

políticas. Junto com um de seus irmãos, ela diz que gostaria de desenvolver projetos sociais na região, mas mostra-se frustrada por não conseguir criar uma estrutura que lhe permitisse construir algo mais permanente para além das festas comunitárias de natal e dia das crianças que promovem anualmente. O irmão de Sandra trabalha como pedagogo em uma creche conveniada com a prefeitura e desenvolve um projeto social na garagem de casa em que busca incentivar a leitura entre crianças por meio da “contação de histórias”.

No Jardim Ângela a história é um pouco diferente, tanto devido a força da mobilização anterior, como citado no caso dos Clubes de Mães da Zona Sul, de onde surgiram instituições do terceiro setor como a SAEC (Sociedade Amiga Esportiva do Jardim Copacabana) fundada por Maria de Felipe, quanto pelo apoio que a própria Igreja Católica seguiu dando a esses movimentos. Mesmo com a nomeação de um Bispo conservador para a região, Padre Jaime conseguiu manter certa autonomia de ação graças ao apoio da ordem de São Patrício da qual é membro.

No discurso do Padre Jaime, de Maria de Felipe e no de muitos outros militantes com que conversei sobre as mudanças nos movimentos sociais dos anos 1980 para os 1990, os convênios com o poder público aparecem quase que como consequência lógica da militância anterior que desenvolviam nas CEBs, além de serem formulados como resposta da sociedade ao avanço do “mundo do crime”.

Dessa forma, a solidariedade das mães nas creches e a reivindicação de políticas e equipamentos públicos levou a necessidade de criação de instrumentos para manter aqueles equipamentos e serviços funcionando. Assim, os convênios surgiram como instrumento para que Estado e sociedade civil pudessem gerir os serviços público em parceria. Desse modo, em 1989, a SAEC, fundada em 1982, assina seu primeiro convênio com a Prefeitura dando origem ao seu primeiro Centro para Crianças e Adolescentes (CCA), que funciona até hoje no Jardim Copacabana, bairro do Jardim Ângela, e atende crianças e adolescentes até os 14 anos de idade.

Nos anos seguintes, a SAEC viria a estabelecer diversos outros convênios com o poder público municipal e foi progressivamente ampliando seus serviços sociais. Atualmente, além do CCA, ela também é responsável por uma Centro de Juventude (CJ), que atende jovens de 14 a 17 anos, um projeto de alfabetização de jovens e adultos e um Núcleo de Convivência para o Idoso (NCI), todos no Jardim Copacabana, bairro do distrito do Jardim Ângela. A partir de 2009, a SAEC viveu uma grande ampliação, passando de três convênios com a prefeitura para vinte e dois, em 2014, e atualmente presta serviços em todas as regiões da cidade de São Paulo.

No caso da Paróquia Santos Mártires, da qual o Padre Jaime é o pároco ao lado do Padre Eduardo, a história é semelhante. A partir da creche voluntária que funcionava no salão da igreja desde 1989, percebeu-se que seria necessário não apenas creches, mas também espaços para as crianças na faixa de 5 a 6 anos onde elas pudessem ficar no contra-turno da escola, já que ainda eram muito pequenas para ficar sozinhas enquanto as mães trabalhavam. Assim, nos anos de 1991 e 1992, firmaram os primeiros convênios para que a prefeitura repassasse os recursos para a

manutenção desses serviços por meio da Sociedade Santos Mártires, uma ONG ligada a igreja, mas com relativa independência para gerir os serviços conveniados.

Ao longo dos anos 1990 e 2000, a Santos Mártires foi progressivamente ampliando sua atuação, mas ao contrário da SAEC procurou manter-se restrita a região do Jardim Ângela. Atualmente, eles coordenam mais três CCAs, cinco creches, um projeto de alfabetização de jovens e adultos, além de outros serviços como a Casa de Sofia, voltado para atendimento a mulheres em vítimas de violência doméstica, um serviço de acompanhamento adolescentes em medidas socioeducativas, um serviço de acolhimento para crianças e adolescentes em situação de risco, um projeto de reciclagem de resíduos, entre outros.

Apesar desse caminho da transformação de associações reivindicativas em organizações sociais gestoras de serviços públicos ser narrado muitas vezes como natural, é nítida a mudança de uma postura mais combativa e reivindicativa que esses sujeitos adotavam até os anos 1980, no sentido de exigir melhorias de seus bairros e demandar serviços públicos até então inexistentes, para uma atitude de colaboração e cooperação com o Estado que passa a ser a regra a partir da década de 1990.

Naquele momento, o projeto de ampliação da democracia e dos direitos sociais, que parecia conquistar espaços crescentes com a Constituição de 1988 e com a vitória de uma candidatura progressista na capital paulista nesse mesmo ano, encontra-se com um projeto de Estado em nível nacional que buscava se isentar progressivamente de seu papel de garantidor de direitos, por meio do encolhimento de suas responsabilidades sociais, transferindo-as para a sociedade civil. Ocorre, então, o que Dagnino chama de “confluência perversa”, entre esses projetos uma vez que mesmo apontando para direções opostas e até antagônicas ambos “requerem uma sociedade civil ativa e propositiva.” (Dagnino, 2004, p. 141).

É preciso apontar, todavia, que o trabalho em Organizações Não-Governamentais e a gestão de convênios não é a única forma de militância que se desenvolveu neste período. Com o processo de consolidação da democracia e a abertura de espaços de participação popular, os movimentos sociais das periferias ocuparam boa parte desses espaços. Assim, pude acompanhar diversos militantes que participavam de forma ativa em audiência públicas, conselhos gestores de equipamentos públicos como praças, parques e postos de saúde, conselhos consultivos no âmbito das subprefeituras regionais ou em conferências temáticas. Além disso, é bastante comum que os militantes se vinculem a campanhas ou mandatos de vereadores da cidade, em geral ligados ao Partido dos Trabalhadores (PT).

Finalmente, é preciso ponderar que há um mecanismo de atuação que em alguma medida foge a essa regra de repertórios mais negociais de ação. Trata-se da ação civil-pública em geral feita em parceria com a Defensoria Pública e com o Ministério Público e funciona como último recurso que algumas organizações tendem a utilizar quando a negociação com o poder pública não

rende os frutos esperados. De todo modo, trata-se ainda de um mecanismo que segue no âmbito institucional com a diferença que faz uso da esfera jurídica e não política.

O nível de conhecimento de mecanismos políticos, jurídicos e institucionais que esses militantes desenvolveram é bastante elevado. Por outro lado, a necessidade desse conhecimento e de disposição para atuar em diferentes frentes, no entanto, acaba sendo muitas vezes um mecanismo de desestímulo para que outras pessoas sejam integradas ao processo de luta política. É preciso conhecer os mecanismos de gestão e prestação de contas para fazer um convênio, é preciso ter prática na oratória pública e na negociação para ter uma atuação efetiva em um conselho ou conferência, é preciso saber como funciona um processo jurídico e contar com apoio de advogados para entrar como uma ação civil-pública.

Assim, enquanto os processos de mobilização social levados a cabo nos anos 1970 e 1980 pelos movimentos sociais alargaram a noção de política e politizaram o cotidiano dos moradores, nos anos 1990 e 2000 parece ocorrer justamente o contrário. O político se reduziu ao posicionamento eleitoral para a maioria das pessoas e a participação mais efetiva acabou cada vez mais restrita aos “iniciados” no processo político. Além disso, essa “profissionalização da militância” gera uma dependência em relação ao Estado, seja para a manutenção das entidades e dos serviços ofertados que vivem basicamente de convênios celebrados com o poder público municipal, seja para a manutenção dos próprios militantes que trabalham para entidades sociais ou mais diretamente em cargos de confiança no Estado. A margem de manobra desses sujeitos em suas reivindicações acaba reduzida a ganhos marginais como muitos deles reconhecem⁸.

Não se trata, portanto, de uma simples “saída de cena” daqueles personagens que emergiram nas décadas de 1970 e 1980, mas sim de uma reconfiguração do papel que esses sujeitos desempenham na construção de políticas públicas e de construção dos direitos de cidadania a partir de “novas formas organizativas” (Cf. Lavalle; Castello & Bichir, 2004).

Dessa forma, se a institucionalização dos movimentos sociais que se formaram nos anos 1970 e 1980 permitiu uma continuidade mais consistente daquela atuação política anterior, ela também reduziu a margem de manobra dos sujeitos, uma vez que os tornou dependentes de recursos do Estado e não lhes deu acesso a espaços decisórios centrais. Daquele período, os militantes trouxeram consigo a visão da cidadania centrada na efetivação de direitos sociais e na ampliação da democracia política com mais canais de participação. Contudo, suas novas formas de atuação tornaram aqueles militantes em “uma espécie de ‘burocracia de base’ das políticas sociais” (Feltran, 2011, p. 61). Atualmente, mesmo que em alguns casos ainda procurem organizar e publicizar demandas com abaixo-assinados, pequenas manifestações ou até mesmo entrando com ações civis-públicas, é mais comum que os militantes combativos de outrora atuem

⁸ Praticamente todos os militantes com que conversei apontam as melhorias em termos de serviços públicos em suas regiões graças a suas lutas históricas e mesmo aos processos de negociação e pressão institucional que desenvolveram nas últimas décadas. Contudo, muitos deles reconhecem os limites da sua atuação e mostram-se preocupados em encontrar outras formas de pressionar o poder público para além da atuação institucional.

implementando essas demandas por meio de convênios, programas e projetos em parceria com o poder público. Os repertórios de ação, por excelência, deixam de ser combativos e de pressão pública para serem negociais e cooperativos.

De volta ao enfrentamento: crítica ao individualismo e novas possibilidades de ativismo social

O aumento das oportunidades educacionais, aliado à maior oferta de trabalho formal e à ampliação do crédito e dos salários, fez com que as periferias de São Paulo fossem palco, ao longo dos anos 2000, de um importante processo de mobilidade social ascendente sobretudo em termos de renda e que ampliou significativamente a heterogeneidade social dessas regiões.

Diante desse processo, a busca por signos de *distinção* social entre vizinhos e de *pretensão* a um estilo de vida mais próximo às camadas médias da sociedade paulistana é cada vez mais comum. A casa, como já citado, é o elemento mais visível dessa dinâmica. Contudo, a busca pela distinção social se expressa em diversas dimensões que vão dos gostos culturais às orientações políticas, passando pelas opções de lazer e pela visão negativa que parte desses sujeitos adotam a respeito da periferia e dos vizinhos que os cercam. Assim, o traço mais marcante dessa dinâmica encontra-se na aspiração pela mobilidade geográfica que tem como fim último se livrar do *estigma territorial* a que estão submetidos⁹.

Em oposição a esse desejo de mobilidade territorial e de negar as “raízes periféricas” emerge uma crítica, no sentido de Boltanski (2016), e que pode ser resumida na categoria nativa “espírito da Freguesia”. Produzida pelos moradores da Brasilândia, essa categoria faz referência ao desejo de se mudar para o bairro da Freguesia do Ó, um bairro vizinho, mas com padrão de classe média, mais próximo do centro expandido de São Paulo e sem o mesmo estigma de ser periférico. Nas palavras de um dos meus interlocutores, o “espírito da Freguesia” se oporia a um “espírito de comunidade” que ele identifica como predominante em outros tempos e faz referência àqueles que “moram aqui, mas têm espírito de quem não mora aqui” ou, em outros termos, seriam pessoas que pensam: “eu tô na favela, mas eu quero me afastar dela”.

Desse modo, é possível notar que, apesar das inegáveis melhorias materiais que os moradores dessas regiões vivenciaram nas últimas décadas, estas melhorias foram experienciadas para muitos como um processo de desestruturação de um modo de vida valorizado por eles e que busca ser retomado no presente em formulações tanto a respeito do espaço em que vivem – a “quebrada” – quanto na produção cultural local. Além disso, outros elementos que compõem o modo de vida dessas pessoas, como a violência e a repressão policial a que estão cotidianamente expostos, a carência de infraestrutura e de serviços públicos de qualidade, a ausência de empregos

⁹ Conforme assinala Wacquant (2007), o *estigma territorial*, ao contrário de outros selos de desonra, pode ser facilmente dissimulado e atenuado, ou mesmo anulado, pela mobilidade geográfica. Cumpro ressaltar que não pretendo aqui promover nenhum tipo de aproximação entre o gueto estadunidense e as periferias paulistanas, uma vez que se tratam de realidades bastante distintas. Contudo, o conceito de *estigmatização territorial* me parece adequado para compreender os processos sociais nas periferias de São Paulo.

de qualidade ou a falta de acesso a alguns bens que vão além dos bens de consumo mais populares, como celular, televisão e outros eletrodomésticos, são frequentemente apontados por boa parte dessas pessoas como prova de que suas vidas não melhoraram como poderia parecer ao olharmos apenas para indicadores do seu *padrão de vida*, como renda e capacidade de consumo¹⁰.

Assim, uma crítica profunda a essa realidade começa a ser esboçada já nos anos 1990, por meio de movimentos artísticos e culturais. A primeira manifestação dessa cultura veio por meio do movimento hip-hop, que teve no grupo Racionais MC's sua maior expressão. Oriundos do Capão Redondo, bairro vizinho ao Jardim Ângela, “os Racionais posicionam-se na periferia, identificam-se como pobres e negros, expressam um explícito antagonismo racial e de classe, e criam um estilo de confronto que deixa pouco espaço para a tolerância e para a negociação.” (Caldeira, 2011, p. 303).

O lugar de onde falam é elemento central no rap, assim, a partir de uma interpretação própria das condições de vida nos espaços periféricos, transformam as diversas periferias em um símbolo que “simplifica e homogeneiza as mais diversas periferias, ressaltando sobretudo as piores desigualdades sociais e a violência”. Retoricamente, os sinais de melhoria individuais e coletivos são apagados (Idem, p. 307).

Contudo, a mensagem do movimento hip-hop, de importância fundamental para ampliar a autoestima dos moradores das periferias e dar a eles um sentido de unidade, contém um caráter eminente negativo, de denúncia, e com pouco espaço para a construção de alternativas políticas. Enquanto os movimentos sociais dos anos 1970 e 1980 contrapunham a visão negativa da periferia com uma imagem positiva de si mesmo como “membros de uma comunidade unida, ‘solidária’, de famílias trabalhadoras” e articulavam suas necessidades por meio de uma postura de inclusão, reivindicando pertencimento e acesso a serviços públicos e direitos iguais, os membros do hip-hop preocupam-se majoritariamente em denunciar a violência, sobretudo por parte do Estado, e reivindicar uma postura de autoenclausuramento, que rejeita noções de justiça, direitos e pertencimento tal como posto pelo Estado, e que são rearticulados como parte de sua ética (Idem, pp. 316-319).

Assim, a criação de uma ideia ressignificada de comunidade encontra seus limites, que movimentos culturais mais recentes têm buscado superar. Conforme muitos jovens me relataram, nos últimos anos, os saraus de poesia, por meio da chamada “literatura marginal”, têm se tornado a experiência mais marcante na formação pessoal e coletiva desses sujeitos. A disseminação desse formato por vários bairros periféricos e seu caráter democrático que permite que o protagonismo do evento seja dividido entre todos que se apresentam são centrais. Desse modo, os saraus têm sido capazes de modificar a forma como esses jovens enxergam a própria realidade, tornando-os mais críticos, mas também mostrando o lado positivo de viver na periferia.

¹⁰ Sobre as possíveis contradições entre o “padrão de vida” e o “modo de vida” das classes trabalhadoras, ver Thompson (1966), em especial o capítulo VI.

Karina, 36 anos, moradora do Jardim Ângela e filha de pais que foram militantes de movimentos sociais nos anos 1980 resume bem o sentimento dos que frequentam os saraus de poesia:

É meio aquele lance de as pessoas saírem de casa pra ter contato com outras, que na minha geração a gente fazia isso na Igreja. E essa geração tem um espaço que é muito mais bacana que são os saraus. Então, o sarau acolhe a molecada do rap, que com música e rima eles conseguem refletir sobre questões políticas que são fundamentais. Tem aquele lance da poesia, que é isso de você sair dessa coisa concreta, em que ao mesmo tempo que você faz aquela movimentação com as palavras você tá fazendo isso com seu olhar, que eu acho que também ajuda muito. E tem o fato de as pessoas poderem estar em contato em um lugar que é alegre, sabe? Desenvolver vínculo mesmo, porque eu acho que você só começa a se importar com o meio quando você desenvolve vínculo, com as pessoas e com o lugar. É aquela noção de pertencimento, né? Acho que os saraus fazem isso de uma forma muito bacana. (Karina, 36 anos, Jardim Ângela).

Desse modo, o sarau é interpretado por seus próprios frequentadores como espaço de formação política e cultural bem como para a criação de vínculos afetivos entre as pessoas e delas com o local onde vivem, exercendo papel semelhante ao que as CEBs desempenharam no passado. Além disso, como Karina ressalta, a poesia é capaz de mudar a forma como as pessoas enxergam a própria realidade, refletindo sobre questões políticas a partir da realidade concreta dessas pessoas. Finalmente, essa criação de vínculos, levaria as pessoas a se importar mais com a própria região, aumentando sua sensação de pertencimento a uma realidade social.

Os saraus, portanto, se apropriam da mensagem produzida pelo hip-hop que ao mesmo tempo em que denunciava criticamente as mazelas das periferias valorizava seu modo de vida e moradores daquelas regiões. Contudo, os saraus fazem isso trazendo a música, a arte e a poesia para um espaço horizontal e democrático em que qualquer um pode ser protagonista, trazer sua mensagem e produzir sua própria leitura do mundo. Essa democratização do espaço permite que a entrada em cena de outros temas que eram relegados pelo rap e torna o sarau um espaço de reconhecimento para esses jovens. Assim, temas como o feminismo e a homofobia ganham destaque ao lado de temas já tradicionalmente tratados como a desigualdade, a violência e o racismo.

É desses movimentos culturais que se consolidam nos anos 2000 e se expandem por diversas periferias de São Paulo que se forma uma *cultura periférica*: um conjunto de produções simbólicas “por meio do qual se organizam formas de sociabilidade, modos de sentir e pensar o mundo, valores, identidades, práticas sociais, comportamentos coletivos, etc.; e que caracteriza o estilo de vida dos membros das classes populares que habitam em bairros periféricos” (Nascimento, 2010, p.119). Periféricos, ou “guerreiros”, como às vezes se denominam, formam uma identidade coletiva que busca valorizar a luta coletiva pela melhoria de vida em oposição à simples luta individual representada pelo *espírito da freguesia*.

Contudo, falta ainda compreender como como essa crítica ao espírito da freguesia e o processo de construção de uma cultura periférica poderia dar espaço a emergência de movimentos

sociais contemporaneamente. Afinal, os diversos coletivos culturais que têm se espalhado pelas periferias paulistanas recentemente e que organizam saraus e outras atividades artísticas e culturais são dotados de características bastante peculiares que os diferenciam dos tradicionais movimentos sociais. Seu caráter muito menos institucionalizado e sem pautas concretas como a demanda por um serviço social específico são, ao mesmo tempo sua força e sua fraqueza. Assim, a atuação política, entendida em sentido estrito de pressionar o poder público na direção de determinadas demandas não está na agenda desses movimentos.

Em casos pontuais esses coletivos chegaram a estabelecer uma relação de diálogo com o Estado, como no processo de aprovação da chamada Lei de Fomento das Periferias em 2016 ou em eventuais editais a que concorreram junto à secretaria municipal de cultura. Contudo, trata-se de uma relação voltada para processos *meio*, isto é, que buscam assegurar recursos para própria manutenção de suas atividades e não para objetivos finalísticos de efetivação de direitos sociais.

No entanto, a mensagem de empoderamento individual e coletivo, horizontalidade e valorização das singularidades nas formas de organização, e sobretudo, a construção de uma visão positiva sobre ser periférico construíram, de um lado, uma *cultura pública* comum e uma “disposição de luta” (Cf. Januário, et. al., 2016) que permitiram um “transbordamento societário” (Cf. Bringel e Pleyer, 2015) de mobilização sociais que foram iniciadas externamente às periferias, mas que tiveram importantes reverberações e adesões nas periferias de São Paulo. Refiro-me, principalmente às mobilizações de junho de 2013, mas também às ocupações de escolas públicas do fim de 2015.

Dessa forma, se é verdade que “a narrativa político-partidária, ou mesmo movimentista” é desinteressante para os jovens que vivem nas periferias paulistanas (Feltran, 2011, p. 261) e que nenhum dos atores políticos constituídos atualmente é capaz de traduzir e representar os anseios e aspirações desses jovens, isso não significa que eles tenham relegado às lutas por direitos a um segundo plano. O que é possível observar, na realidade é um processo de ressignificação das formas e conteúdos dessas lutas a partir da própria experiência desses sujeitos.

Débora, 17 anos, moradora da Brasilândia, representa bem essa visão de mundo disseminada entre muitos jovens das periferias de São Paulo. Desiludida com a política institucional e partidária, ela se diz adepta do “Fora todos”, mas é ciente que essa é uma proposta limitada, pois não apresenta alternativas em termos de organização política.

Débora é neta de Dona Nair, pioneira das Comunidades de Base na região que apresentei na primeira seção deste texto e filha de Sandra, militante do PT e que trabalhava em um cargo comissionado na prefeitura, mencionada na segunda parte. Apesar de ter convivido desde pequena com a política e de debater com a mãe diversas questões sociais, ela não tem dúvidas em afirmar que os saraus de poesia, em especial o Sarau da Brasa que ocorre um sábado por mês na região, foram fundamentais para tirar ela e vários de seus amigos da “zona de conforto”, “aquela coisa de só olhar e: vou trabalhar e fazer faculdade”. Assim, graças ao sarau, ela diz ter começado a “olhar

para o lado” e perceber “que precisava mais disso na quebrada”. Hoje, além de frequentar e se apresentar no sarau da Brasa ela e seus amigos organizam outros saraus em centros culturais da região, principalmente no circo-escola da região. Débora se diz “apaixonada pela Brasilândia” e defende que “é importante estar na periferia”, já que eles são “marginalizados demais” e, por isso, “precisa criar um contato bacana” entre os vizinhos.

Assim, os saraus constituem-se como espaços fundamentais para a politização do cotidiano desses jovens e construção de uma visão de mundo mais coletivista e voltada para a própria periferia. Em oposição a solução individual de “trabalhar e fazer faculdade” – central no *espírito da freguesia* que descrevi acima – ela começou, a partir da experiência cultural, “olhar para o lado”, valorizar a própria região e reproduzir aquela iniciativa com o intuito de ampliar a sociabilidade local e possibilitar que mais pessoas tivessem acesso àquele canal. No entanto, foi em junho de 2013 que ela teve “acesso as manifestações”:

Aí eu não parava mais, tava sempre participando. Foi assim que eu comecei a conhecer partido, comecei a pesquisar política, comecei a me politizar mais. Eu sempre tive uma ideia assim só que era aquela coisa mais... Eu sabia a minha posição como mulher, eu sabia minha posição como LGBT, eu sabia minha posição como periférica, mas era somente isso. Eu não sabia da minha posição política ao todo: o que tá acontecendo? O que eles querem? O que é direita? Eu não conhecia isso. (Débora, 17 anos, Brasilândia)

Débora me contou que a primeira manifestação de que participou foi justamente em um dos dias em que houve uma pesada repressão policial, que ela denominou de “quinta sangrenta”. Ela decidiu participar da manifestação de última hora, uma professora a chamou e ela disse: “Mano, eu vou!”:

Só que, mano, o bagulho foi muito louco, eles fizeram barricadas no Largo da Batata, fecharam a gente assim num circulo e eu tava aqui no fundo, ai eles viram policia pra cá e ai a gente virou e tinha policia aqui, na mesma hora “pau!”, tomei o maior cacete. Jogaram bomba, saí passando mal. Ai aquilo foi o meu energético, falei: “Mano, eu quero mais!” Quanto mais eu apanho de policia assim mais dá vontade de ir. (Débora, 17 anos, Brasilândia).

A narração de Débora daquele episódio aponta para outras questões relevantes que aproximam o modo de vida, a visão de mundo e as aspirações dos jovens moradores das periferias com a realidade desenvolvida nas lutas políticas mais recentes: a resposta repressora do Estado às demandas apresentadas e a associação da violência policial nas manifestações com a violência policial nas periferias que estimulam esses jovens a lutar com ainda mais ímpeto.

Débora compartilha da visão negativa a respeito da polícia que a maioria dos jovens das periferias apresentam atualmente. Ela é extremamente crítica ao racismo que observa nas abordagens policiais e me relatou diversos casos de abuso policial que ocorrem com amigos e conhecidos, inclusive casos de chacinas cometidas por policiais nas quais morreram amigos dela de escola. Desse modo, a violência policial contra manifestantes é associada à violência policial que esses jovens sofrem frequentemente, o que contribui de forma central para a politização da

realidade cotidiana desses jovens. Assim, a repressão policial acabou funcionando como um “energético”, não apenas para ela, mas para as manifestações de junho de 2013 como um todo¹¹. Nesse sentido, os gritos e palavras de ordem que pedem o fim da polícia militar são, com frequência, os mais lembrados por vários dos meus interlocutores que participaram de manifestações recentes.

Dessa forma, a negação do direito político de protestar encontra eco na negação dos direitos civis que esses jovens enfrentam cotidianamente uma vez que o agente dessa negação é o mesmo: as forças policiais do Estado ou mais especificamente, a Polícia Militar. Assim, o enfrentamento público com as forças policiais muitas vezes ocorre como resposta simbólica à negação de direitos e garantias fundamentais pelo Estado, seja de direitos civis no cotidiano, seja de direitos políticos nas manifestações. Desse modo, essas lutas tem um aspecto fundamental de reivindicarem o direito desses sujeitos a serem ouvidos em questões que lhes afetavam diretamente e, assim, dialogam com o desejo desses jovens das periferias de serem reconhecidos como cidadãos plenos, como detentores do “direito a ter direitos”.

Na experiência relatada por Débora é possível notar como as manifestações de 2013, apesar de iniciadas por movimentos sociais que não tinham as periferias como espaço primordial de atuação, tiveram um importante impacto nessas regiões¹². De um lado, é marcante o impacto biográfico daquelas manifestações na vida de Débora e de vários outros jovens das periferias. Como apontam Bringel e Pleyers (2015, p.11), as manifestações de junho produziram “‘marcas’ nos participantes, reforçando a propensão a que possam se engajar politicamente no futuro e podendo, ademais, transformar, no médio e longo prazo, suas identidades sociais e seus valores políticos.”

De outro lado, do ponto de vista coletivo, aquelas manifestações acabaram mostrando para esses jovens da periferia a possibilidade de recorrer a outras táticas de luta e reivindicação política, alternativos à via negociada dos canais de participação ou à via da cogestão das políticas públicas por meio dos convênios, ou ainda, à via meramente eleitoral, que para eles sempre pareceu pouco atrativa e ineficiente.

Prova desse novo ativismo que emergiu a partir de junho de 2013 está no processo de ocupações de escolas públicas que ocorreu no estado de São Paulo em 2015, contra um processo de “reorganização escolar” que o governo do Estado pretendia promover¹³. A única escola que foi

¹¹ Para uma reconstrução detalhada dos fatos que marcaram as manifestações de junho de 2013 em São Paulo e a respeito da importância da repressão policial para ampliação de participantes e de pautas daquelas manifestações ver Judensnaider et. al. (2013).

¹² De acordo com um survey que apliquei nas duas regiões onde desenvolvo esta pesquisa 11,5% dos moradores do Jardim Ângela e 5,8% da Brasilândia participaram de alguma das mobilizações de junho de 2013.

¹³ Para uma reconstrução detalhada do processo de ocupação de escolas em 2015 ver Campos et. al. (2016).

ocupada na Brasilândia foi justamente a escola de Débora, a E. E. Egídio Damy, e ela teve participação ativa nesse processo¹⁴.

Assim como no caso de Débora, é bastante comum encontrar estudantes que estavam nas ocupações de escolas em 2015, que participavam dos saraus e cuja primeira experiência de mobilização coletiva havia sido em junho de 2013. Neste aspecto cumpre salientar que, para esses jovens, bem como maior parte dos jovens das periferias que seguiram engajados politicamente, as manifestações de 2013 são sempre lembradas como “do passe livre”, “dos 20 centavos”, “do MPL”. Para eles, os atos de então foram essencialmente uma manifestação focada na questão da tarifa e a difusão de pautas foi ignorada, esquecida, ou colocada na irrelevância¹⁵.

Assim, se em 2013, lutavam pelo direito ao transporte, em 2015 lutavam pelo direito à educação e em ambos os casos reivindicavam o direito de serem ouvidos sobre os rumos das políticas públicas. Em ambos os casos, os jovens que foram as ruas encontraram um Estado fechado a suas demandas e cuja resposta principal a suas reivindicações se deu pela via da repressão policial e pela desqualificação tecnocrática de suas demandas. Desse modo, os repertórios negociais de atuação política, que na avaliação dos próprios militantes já vinham rendendo ganhos cada vez mais marginais em termos de ampliação dos direitos sociais nos últimos anos, revelaram-se ineficientes nas duas ocasiões concretas, em 2013 e 2015.

Tal como em 2013, os impactos das ocupações de 2015 vão muito além da vitória política contra o governo, como atesta Débora:

na verdade eu acho que foi o mais importante, eu acho que a ocupação é legal, o objetivo da ocupação é bacana, só que eu acho que a gente não vai conseguir deter um governo com isso, mas é legal assim, você vê o jovem entrando numa maneira, extremamente construído, conservador e ver ele saindo com outra cara. Toda semana tinha um debate, a gente recebeu visita lá do “Terça afro”, que é um evento que acontece aqui no CCJ, onde faz a discussão negra, os negros na periferia, o racismo, enfim, machismo, movimento LGBT, movimento das mulheres em luta. Todos lá dentro, o tempo todo, conversando, construindo. Meninos que entram lá e falavam assim: Meu, nunca limpei minha casa, você acha que eu vou limpar aqui? E ficavam na cozinha. “Eu nunca pisei na cozinha porque eu não sei cozinhar” e era da comissão da cozinha, [...] a maioria de pessoas que comandavam a cozinha eram meninos, da limpeza a maioria eram meninos, as mulheres ficavam na segurança, eu era da segurança, eu recebia policial, eu que recebia a vizinhança lá, eu que apresentava a escola. E a gente foi seguindo assim, teve uma desconstrução muito grande. Caras que falavam que lugar de mulher é na cozinha saíram de lá falando assim: Meu, eu era um babaca, eu não sei como vocês conseguiam conversar comigo. Rolou uma politização muito forte dentro do Damy. (Débora, Brasilândia).

Dessa forma, as *marcas biográficas* seguem presentes nessas manifestações recentes e assinalam resultados de dimensões dificilmente compreensível no curto prazo, uma vez que possibilitam a politização de aspectos do cotidiano desses sujeitos, como o machismo e o preconceito racial e homofóbico, e apontam para a possibilidade de formação de *novos sujeitos políticos*.

¹⁴ No Jardim Ângela foram oito escolas ocupadas ao todo. Além de Débora, conversei com vários colegas de escola dela bem como com diversos outros alunos do Jardim Ângela ao longo e após o processo de ocupação. Para não tornar o demasiado longo, irei me restringir à experiência de Débora e de alguns de seus colegas.

¹⁵ Fato que também foi atestado por Campos et. al. (2016).

Finalmente, um último aspecto que merece destaque em termos de afinidades entre as manifestações recentes e o modo de vida que vem se desenvolvendo nas periferias paulistanas está no caráter potencialmente descentralizado das mobilizações recentes. Essa descentralização dialoga diretamente com a cultura periférica que emerge em oposição ao espírito da freguesia e que procurei expor acima. Trata-se, em última instância, da reivindicação desses sujeitos de obterem o reconhecimento enquanto cidadãos em seus próprios territórios, isto é, nas periferias. Algo para o qual os saraus de poesia apontam com proeminência.

Em junho de 2013 ocorreram alguns protestos descentralizados, entre eles uma manifestação na Avenida M'Boi Mirim, principal avenida do Jardim Ângela. Aqueles que participaram dessa manifestação a relatam com especial orgulho, por terem dado visibilidade a uma avenida relativamente pouco conhecida fora de sua região. Do mesmo modo, durante as ocupações de 2015, uma estudante do Jardim Ângela reproduziu com orgulho a fala de um professor de história que lembrava as lutas dos primeiros moradores da região e incentivava os alunos a “olhar pro nosso lado da periferia e começar a reivindicar ali”, pois ali conseguiriam mais espaço para suas próprias pautas.

Na Brasilândia, a expressão desse desejo de reconhecimento em seus próprios territórios apareceu de forma ainda mais contundente. Durante a ocupação da Escola Egídio Damy, conversei com alguns dos alunos que lá estavam. Entre suas queixas sobre os movimentos sociais estava a de que a grande maioria dos atos e manifestações políticas ocorrem sempre na região central da cidade. “Tudo [acontece] no Centro, sabe, tudo, tudo, porque só lá vai ser visto. Beleza, mas eu quero ser visto aqui. Vou ficar aqui!”, me disse um aluno do 3º ano do Ensino Médio.

A frase “mas eu quero ser visto aqui” não poderia ser mais significativa. Para ele, sua cidadania só será plenamente reconhecida – cidadania essa representada pela lógica do “ser visto” e, portanto, ser reconhecido como alguém que merece ter suas demandas ouvidas – quando ele for visto em sua própria condição de morador da periferia e *na periferia*. Ser visto sem precisar se deslocar para o centro da cidade é, portanto, parte essencial do processo de reconhecimento enquanto cidadãos plenos pelo qual lutam esses jovens uma vez que o orgulho de ser da periferia é central em sua identidade.

Assim, esses jovens da periferia têm buscado expressar na música, na poesia e na cultura de maneira geral algo que essas manifestações recentes ofereceram em termos políticos: o reconhecimento de sua condição de cidadãos plenos, isto é, do “direito a ter direitos”, sem que para isso precisem abandonar seu modo de vida ou deixar de ser negro, de famílias pobres ou moradores da periferia. A concepção cidadania que expressam não abandona ou se contrapõe às demandas por ampliação dos canais de participação popular e direitos sociais, mas aponta os limites da democracia atualmente em curso na perspectiva moradores dos bairros periféricos de São Paulo e que Caldeira e Holston (1999) chamam de uma “democracia disjuntiva”, na qual os

direitos civis de boa parcela da população, em especial a parcela negra, pobre e periférica estão longe de serem assegurados.

Desse modo, se na passagem da primeira para a segunda geração de movimentos sociais periféricos observamos uma continuidade quase que “natural” nas pautas e nas origens sociais e culturais dos sujeitos produziu-se, por outro lado, profundas alterações em seus repertórios de atuação política. Dos atos públicos, do enfrentamento com a institucionalidade estatal e da contestação da tecnocracia passou-se para um dinâmica de negociação, cooperação e parceria com o Estado. Agora, quando novos sujeitos políticos parecem emergir de uma dinâmica cultural que dialoga pouco com a realidade passada, um retorno modernizado àqueles repertórios mais contestatórios mostrou-se pragmaticamente necessário diante do fechamento tecnocrático e autoritário do Estado.

Ao demandar mais e melhores serviços sociais e o direito de participação política a partir das periferias esses sujeitos articulavam, trabalho política e cidade e assim estabeleciam um conceito imanente de direito à cidade relacionada à luta por direitos políticos e sociais. Na nova configuração das lutas políticas, ao demandarem reconhecimento de sua condição de cidadãos plenos que devem ser respeitados e ouvidos sem que sua condição de periférico sirva como razão para rebaixar ou restringir seus direitos, esses novos sujeitos parecem reivindicar mais do que o direito à cidade. Ao articular direitos políticos, sociais e civis, eles reivindicam o *direito à periferia*, isto é, o direito de serem ouvidos e respeitados sem que para isso haja pré-requisitos sociais, culturais ou geográficos.

Bibliografia

- ARANTES, Pedro Fiori. Em busca do urbano: marxistas e a cidade de São Paulo nos anos de 1970. **Novos Estudos Cebrap** n. n. 83, p. 103–127, mar. 2009.
- BOLTANSKI, Luc. Sociologia crítica e sociologia da crítica. In: VANDENBERGHE, Frederic; VÉRAN, Jean-François (Orgs.). **Além do habitus. Teoria social pós-bourdiesiana**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2015.
- BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo; Porto Alegre: Edusp; Zouk, 2007.
- BRINGEL, Breno; PLEYERS, Geoffrey. Junho de 2013... dois anos depois Polarização, impactos e reconfiguração do ativismo no Brasil. **Nueva Sociedad, especial em potuguês**, 2015.
- CALDEIRA, Teresa. **A política dos outros: o cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.
- CALDEIRA, Teresa. **Cidade de Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Editora 34, 2000.
- CALDEIRA, Teresa. O rap e a cidade: reconfigurando a desigualdade em São Paulo. In: KOWARICK, Lucio; MARQUES, Eduardo (Orgs.). **São Paulo: novos percursos e atores (sociedade cultura e política)**. São Paulo: Editora 34; Centro de Estudos da Metrópole, 2011.
- CALDEIRA, Teresa; HOLSTON, James. Democracy and violence in Brazil. **Comparative Studies in Society and History** v. 41, n. 4, p. 691–729, 1999.
- CAMPOS, Antonia M.; MEDEIROS, Jonas; RIBEIRO, Márico M. **Escolas de luta**. São Paulo: Editora Veneta, 2016.
- CARDOSO, Adalberto. **A construção da sociedade do trabalho no Brasil: uma investigação sobre a persistência secular das desigualdades**. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

- CARODOSO, Ruth. Duas faces de uma experiência. **Novos Estudos Cebrap** v. 1, n. 2, p. 53–58, Abr 1982.
- CAVALCANTI, Mariana. Do barraco à casa: tempo, espaço e valor(es) em uma favela consolidada. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** v. 24, n. 69, p. 69–80, 2009.
- CEFAÏ, Daniel. Como nos mobilizamos? A contribuição de uma abordagem pragmatista para a sociologia da ação coletiva. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social** v. 2, n. 4, p. 11–48, jun. 2009.
- DAGNINO, Evelina. Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa. **Política & Sociedade** v. 3, n. 5, 2004.
- DURHAM, Eunice Ribeiro. A família operária: consciência e ideologia. **DADOS - Revista de Ciências Sociais** v. 23, n. 2, 1980.
- DURHAM, Eunice Ribeiro. A sociedade vista da periferia. In: KOWARICK, Lucio (Org.). **As lutas sociais e a cidade: São Paulo: passado e presente**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- FELTRAN, Gabriel. Transformações sociais e políticas na periferia de São Paulo. In: KOWARICK, Lucio; MARQUES, Eduardo (Orgs.). **São Paulo: novos percursos e atores (sociedade cultura e política**. São Paulo: Editora 34; Centro de Estudos da Metrópole, 2011.
- JANUÁRIO, Adriano *et al.* JANUÁRIO, Adriano *et al.* As ocupações de escolas em São Paulo (2015): autoritarismo burocrático, participação democrática e novas formas de luta social. *Revista Fevereiro*, n. 9, 2016. **Revista Fevereiro** n. 9, 2016.
- JUDENSNAIDER, Elena *et al.* **Vinte centavos: a luta contra o aumento**. São Paulo: Editora Veneta, 2013.
- LAVALLE, Adrian; CASTELLO, Graziela; BICHIR, Renata. Quando novos atores saem de cena: continuidades e mudanças na centralidade dos movimentos sociais. **Política & Sociedade** n. 5, p. 37–55, Out 2004.
- NASCIMENTO, Érica. **É tudo nosso! Produção cultural na periferia paulistana**. Tese de doutorado – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.
- PIERUCCI, Antonio Flávio de Oliveira. Comunidades eclesiais: origens e desenvolvimento. **Novos Estudos Cebrap** v. 1, n. 2, p. 48–49, Abr 1982.
- SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. .
- THOMPSON, Edward P. **The making of the English working class**. New York: Vintage Book, 1966. .
- TILLY, Charles. **From mobilization to revolution**. Reading, Massachusetts: Addison-Wesley Publishing Company, 1978.
- WACQUANT, Loic. Territorial stigmatization in the age of advanced marginality. **Thesis Eleven** n. 91, 2007.
- ZALUAR, Alba. **A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza**. 2ª edição ed. São Paulo: Brasiliense, 2000.